

N.F. Nº - 298942.0626/23-9
NOTIFICADO - PROQUIGEL QUÍMICA S/A
NOTIFICANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BENITO GAMA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.07.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0144-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial da mercadoria **Etanol Hidratado** destinado à industrialização conforme art. 296 do RICMS/BA/12 antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Infração subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 19/06/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 18.541,30, mais multa de 60%, no valor de R\$ 11.124,78 totalizando o montante de R\$ 29.666,08 em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Falta de recolhimento do ICMS referente à aquisição de Etanol Hidratado a granel, oriundo do Estado de São Paulo e destinados a uso industrial, sujeito a Antecipação Tributária Parcial conforme previsto no artigo 296 do RICMS/BA em vigor, DANFE de nº 412.791 “

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **2989420626/23-9**, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo efetuada pelo Notificante, (fl. 03); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº 2176811270/23-5, lavrado às 11h26min** da data de **19/06/2023** (fls. 04 e 05); a cópia do DANFE de nº 412.791 (fl. 06), emitido pela Empresa Raizen Energia S/A **na data 15/06/2023**, Venda de Produção do Estabelecimento, procedente do **Estado de São Paulo**, carreando a mercadoria de **NCM de nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado)**; o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE de nº 57.476 (fl. 08); documentos do veículo e do motorista (fl. 10).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 14 a 18), protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADMINIST na data de 17/11/2023 (fl. 13).

Em seu arrazoado a Notificada alegou a tempestividade de sua peça de defesa e no tópico “**Dos Fatos**” consignou que a Notificada é pessoa jurídica de direito privado que tem como objeto social a produção, importação e exportação de produtos químicos em geral, fertilizantes, bem como a fabricação e comercialização de chapas e resinas acrílicas e de policarbonatos, revestindo-se, assim, da condição de contribuinte do ICMS e no exercício de suas atividades, adquire **diversos insumos**, a exemplo de **álcool hidratado a granel**, oriundo do Estado de São Paulo.

Acrescentou a descrição dos fatos, o valor do débito e a infração lhe imputada asseverando que a Notificação Fiscal impugnada deve ser integralmente rechaçada por advento da **anterior**

extinção do crédito tributário objeto do ato administrativo, mediante pagamento, com fulcro no art. 156, I, do Código Tributário Nacional, acrescentado que a Notificada procedeu o recolhimento do montante autuado antes mesmo de ter conhecimento da lavratura da Notificação de Lançamento.

Tratou que a Notificada agiu em conformidade com o regramento legal ao efetuar o cálculo do imposto devido, tendo em vista que considerou como **base de cálculo** do ICMS o efetivo **valor do produto** indicado na Nota Fiscal, traduzido na monta de R\$ 154.510,86 (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e dez reais e oitenta e seis centavos), seguindo em *stricto sensu* o preceituado pelo art. 17, I da Lei de nº 7.014/96, o que resultou no ICMS devido no montante de R\$ 22.890,50 (vinte e dois mil oitocentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Advertiu que o Notificante se equivocou ao correlacionar o montante de R\$ 97.585,81 (noventa e sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) como base de cálculo aplicável à operação autuada, fato que é facilmente comprovável por mera observância do próprio documento fiscal que embasa a Notificação (DANFE de nº 412.791), o que somente reforça a **irregularidade da autuação em comento**.

Explicou que a Notificada ao efetuar o cálculo da alíquota aplicável à antecipação parcial, considerou as alíquotas de **(i)** 19% referente às operações internas e **(ii)** 7% relativa às operações interestaduais – tendo em vista que o remetente está localizado no Estado de São Paulo – para realizar apuração dos valores referentes à antecipação tributária parcial a que alude o art. 296, I do RICMS/BA/12.

Garantiu que ao apurar o valor devido a título de ICMS, o sujeito passivo prontamente recolheu aos cofres públicos o montante principal de R\$ 22.890,50 (vinte e dois mil oitocentos e noventa reais e cinquenta centavos) como resta comprovado a partir das Guias Nacionais de Recolhimento de Tributos Estaduais – GNRES e respectivos comprovantes de recolhimento anexados (**DOC.03**), devendo a exação ser julgada totalmente improcedente por este Conselho.

Destacou que a vinculação das GNRES à respectiva Notificação é possível mediante a conferência do campo da “Número do Documento de Origem” das guias, onde consta o número da Nota Fiscal autuada, ao passo que a vinculação do DANFE à Notificação Fiscal é possibilitada por meio da chave de acesso constante no instrumento lavrado.

Finalizou no tópico “**Dos Pedidos**” que demonstrada a insubsistência da autuação perpetrada, requer a Notificada que seja acolhida a Impugnação apresentada para **julgar a Notificação Fiscal de nº 298942.0626/23-9** totalmente **IMPROCEDENTE**, incluindo seus consectários legais.

Pleiteou, ainda, a juntada posterior de documentos, bem como a **realização de diligências** fiscais para constatação dos fatos alegados e análise dos documentos colacionados, nos termos dos artigos 123, § 3º e 145 do Decreto de nº 7.629/99.

Arrematou requerendo que todas as **publicações e intimações** relativas ao presente feito sejam realizadas em nome dos patronos da causa, no endereço Av. Tancredo Neves, 1.632, Torre Sul, Salas 1.510/1.517, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP 41820-020, **sob pena de nulidade**.

Verifico que por ter sido revogado o art. 53 do RPAF/99 através de norma publicada em **18/08/2018**, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **19/06/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 18.541,30**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 11.124,78** totalizando o

montante de R\$ 29.666,08, em decorrência do cometimento da Infração (54.05.08) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Previamente indefiro o pedido de perícia com fulcro no artigo 147, inciso II, alínea “a” do RPAF/BA/99 por considerar suficientes para a formação de convicção os elementos contidos nos autos.

Conquanto ao pedido expresso da defesa a fim de que as comunicações e intimações fossem feitas na pessoa de seus advogados, nada impede que tal prática se efetive, e que as intimações possam ser encaminhadas, bem como as demais comunicações concernentes ao andamento deste processo para o endereço apontado. Entretanto, o não atendimento a tal solicitação não caracteriza nulidade do ato processual, uma vez que a forma de intimação ou ciência da tramitação dos processos ao sujeito passivo encontra-se prevista nos artigos 108 a 110 do RPAF/99, os quais guardam e respeitam o quanto estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN, em seu artigo 127, estipulando como regra, a eleição do domicílio tributário pelo sujeito passivo.

Da mesma forma, com a instituição do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), a comunicação entre a Secretaria da Fazenda e o contribuinte passou a utilizar este canal, dispensando qualquer outro meio, sendo a sua instituição feita pela Lei de nº 13.199 de 28/11/2014, a qual alterou o Código Tributário do Estado da Bahia no seu artigo 127-D.

Destacando-se que é através de tal mecanismo, a SEFAZ estabelece uma comunicação eletrônica com seus contribuintes para, dentre outras finalidades, encaminhar avisos, intimações, notificações e cientificá-los de quaisquer tipos de atos administrativos, não tendo mais sentido qualquer outra forma de intimação que não o DT-e.

Assim, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que pagou o ICMS cobrado através dos DAE de nº 2132699943 (valor de R\$ 20.727,07) na data de 03/07/2023 e DAE de nº 21326193451 (valor de R\$ 2.163,43) na data de 03/07/2023 no total de R\$ 22.890,50 (valores sem os acréscimos), base de cálculo de R\$ 154.510,86, em conformidade com o regramento legal, consignando que o Notificante se equivocou no valor da base de cálculo efetuando seus cálculos em relação à base de cálculo de R\$ 97.585,81.

Tratou que seguindo em *stricto sensu* o preceituado pelo art. 17, I da Lei de nº 7.014/96, o que resultou no ICMS devido no montante de R\$ 22.890,50, explicando que ao efetuar o cálculo da alíquota aplicável à antecipação parcial, considerou as alíquotas de (i) 19% referente às operações internas e (ii) 7% relativa às operações interestaduais – tendo em vista que o remetente está localizado no Estado de São Paulo – para realizar apuração dos valores referentes à antecipação tributária parcial a que alude o art. 296, I do RICMS/BA/12.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Benito Gama, relacionado ao **DANFE de nº 412.791** (fl. 06), emitido pela Empresa Raizen Energia S/A **na data 15/06/2023**, Venda de Produção do Estabelecimento, procedente do **Estado de São Paulo**, carreando a mercadoria de NCM de nº **2207.10.90 (Etanol Hidratado)**, **sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no**

Estado da Bahia, conforme disposto **inciso III, alínea “b”** do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º, deste artigo.

*“III - **antes da entrada** no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

Constatando que os produtos adquiridos pela Notificada têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, pois há previsão do NCM de nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado) em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I.

6.0	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES:					
6.1	06.001.01	2207.10.9	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol. - outros (álcool etílico hidratado combustível)	Conv. ICMS 110/07 – Todos	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior

Entretanto, no presente caso concreto a Notificada é uma indústria que utiliza o etanol (álcool etílico) como insumo no seu processo produtivo, ou seja, embora seja uma operação com álcool etílico hidratado combustível o fim deste não se destina à comercialização como combustível e sim com o propósito de não-combustíveis sendo tratado de forma específica através do Protocolo ICMS de nº 17/04 que estabelece procedimentos nas operações com álcool etílico hidratado combustível - AEHC e álcool para fins não-combustíveis que especifica, e signatários apenas os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O referido protocolo estabelece que o estabelecimento industrial ou comercial **que promover saída interna ou interestadual** de AEHC ou de álcool para fins não-combustíveis, **antes de iniciada a remessa, efetuará o recolhimento do imposto** destacado na Nota Fiscal relativa à operação de saída, observando-se que o imposto a ser recolhido **antecipadamente será calculado** tomando-se por base o valor da operação ou o valor de referência estabelecido na legislação estadual, prevalecendo o que for maior, aplicando-se a alíquota vigente para as operações internas ou interestaduais, conforme o caso sendo o recolhimento do imposto realizado mediante **documento de arrecadação específico**, devendo o **mencionado documento, devidamente quitado**, acompanhar a mercadoria.

Assim, nas aquisições de Estado não signatário, como no presente caso de São Paulo, a **Notificada (adquirente) deveria ter feito o recolhimento antes da entrada** do produto no território do Estado. E tem sido esse o entendimento exarado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia mediante os pedidos de autorização de recolhimento para o dia 09, solicitados pela Notificado, indeferidos através dos Pareceres de nºs 5944/2020, 6838/2021, e o último de nº 684/2023, datado de **06/02/2023**, (transcrito *ipsis litteris* a seguir):

*PROQUIGEL QUIMICA SA cadastrada no CNPJ 27.515.154/0012-25 - IE 75123401 REQUER, através do processo SIPRO Nº 003035/2023-8, CADASTRADO ELETRONICAMENTE, EM 16/01/2023, **autorização para recolhimento do ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL**, nas aquisições interestaduais de ALCOOL HIDRATADO - ETANOL NCM 2207.10.90 para o dia 09 do mês subsequente com base no Art. 332.*

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

V - antes da saída das mercadorias, nas seguintes operações, inclusive quando realizadas por contribuinte optante pelo Simples Nacional, observado o disposto no § 4º deste artigo:

(...)

i) com álcool a granel, não destinado ao uso automotivo;

j) com álcool etílico hidratado combustível (AEHC);

§ 4º O recolhimento do imposto no prazo previsto nos incisos V (exceto as alíneas "a", "b", "c" e "d") e VII poderá ser efetuado no dia 9 do mês subsequente, desde que o contribuinte seja autorizado pelo titular da repartição fiscal a que estiver vinculado.

a) realizadas por estabelecimento de produtor ou de extrator, não constituído como pessoa jurídica;

- b) realizadas por contribuinte não inscrito;
- c) decorrentes de arrematação, em leilão ou licitação promovidos pelo poder público;
- d) decorrentes de alienação em processo de falência, concordata ou inventário;
- i) com álcool a granel, não destinado ao uso automotivo;
- j) com álcool etílico hidratado combustível (AEHC);

VII - antes do início da prestação do serviço de transporte quando o imposto das mercadorias transportadas for exigido antes da sua saída, inclusive se tratando de transportadora optante pelo Simples Nacional, observado o disposto no § 4º deste artigo;

A legislação não especifica o produto ALCOOL HIDRATADO - ETANOL NCM 2207.10.90.

A autorização para pagamento de ICMS no dia 09 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria, previsto no art. 332 do RICMS - Dec. 13780/12, não se aplica às aquisições de etanol destinado a indústria oriundo de estado não signatários do Protocolo 17/04.

A Proquigel Química S/A - IE 75.123.401, é uma indústria que utiliza o etanol como insumo no processo produtivo.

Nesse sentido, adquirindo álcool dos estados signatários do Protocolo 17/04, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe, a responsabilidade será do remetente. **Nas aquisições de estado não signatários do referido Protocolo, deverá fazer o recolhimento antes da entrada do produto no território do Estado.**

Assim, sugerimos que a empresa ingresse com uma consulta à DITRI, questionando sobre as aquisições interestaduais de ALCOOL HIDRATADO - ETANOL NCM 2207.10.90 para o dia 09 do mês subsequente com base no Art. 332.

A Coordenadora de Processos, nas suas atribuições, ratifica o entendimento do Parecerista que analisou o processo pelo INDEFERIMENTO DO PEDIDO.

SSA, 06 de fevereiro de 2023

Sonia Pastana

AF CAD 140789-6

SEFAZ/SAT/DAT/METRO/CPNC

Conquanto à base de cálculo o referido Protocolo traz em sua Cláusula Terceira, inciso I, que o montante do imposto será aquele resultante da aplicação da alíquota prevista para o produto nas operações internas ou o valor de referência estabelecido pela Unidade Federada de destino, prevalecendo o que for maior, deduzindo o valor resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação, tal qual estabelecido pelo Notificante em seus cálculos de sua memória de cálculo à folha 03, onde o mesmo utilizou a base de cálculo de R\$ 154.510,86, alíquotas interestadual de 7% e interna de 19%, gerando um débito de R\$ 29.357,06 e um crédito de R\$ 10.815,76 (destacado na Nota Fiscal), gerando **o imposto a ser recolhido antes da entrada** do Estado da Bahia no montante de **R\$ 18.541,30**, o qual **só fora recolhido pela Notificada** através das GNRES de nºs 2132699943 e 21326193451 **na data de 03/07/2023**. Em relação a instantaneidade da ação fiscal do trânsito e da lavratura da presente notificação se fez ambas na data de **19/06/2023**.

Saliente-se que em relação à base de cálculo equivocada que a Notificada aduziu que o Notificante errou, esta trata-se, conforme trazido na memória de cálculo pelo Notificante como “BC vinculada ao devido” ou seja $R\$ 97.585,81 \times 0,19 = R\$ 18.541,30$.

Do deslindado, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, seguiu o que estabelece a legislação fiscal referente à cobrança da Antecipação Parcial do ICMS, **antes da entrada no território deste Estado**, assim sendo julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

Ressalte-se que a Notificada poderá requerer à Gerência de Cobrança do Crédito Tributário – GECOB a compensação dos valores pagos, referente à **Nota Fiscal de nº 412.791** cabendo à Notificada, **com a sua devida comprovação**, após o requerimento deste pedido, complementar a quitação do lançamento com os devidos acréscimos legais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **298942.0626/23-9**, lavrada contra **PROQUIGEL QUÍMICA S/A**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 18.541,30**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de junho de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR

